

**ANÁLISE DO NEXO CAUSAL ENTRE ATIVIDADE  
DESENVOLVIDA E DOENÇA  
OCUPACIONAL/AFASTAMENTOS MÉDICOS DE  
SERVIDORES DOCENTES DE UMA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO**

**ANALYSIS OF THE CAUSAL LINK BETWEEN ACTIVITY DEVELOPED AND  
OCCUPATIONAL DISEASE/ MEDICAL LEAVES OF TEACHING SERVANTS AT A  
THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE CENTRAL WEST BRAZILIAN**

**André Baptista Leite, Mestre**

<https://orcid.org/0000-0002-2760-4803>

[andrebl.psi@gmail.com](mailto:andrebl.psi@gmail.com)

Universidade Federal de Mato Grosso | Secretaria de Gestão de Pessoas  
Cuiabá | Mato Grosso | Brasil

**Alessandro Vinicius de Paula, Doutor**

<https://orcid.org/0000-0001-7366-5095>

[avpaula@yahoo.com.br](mailto:avpaula@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Mato Grosso | Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Cuiabá | Mato Grosso | Brasil

Recebido em 17/maio/2022

Aprovado em 11/agosto/2022

Publicado em 01/dezembro/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

## RESUMO

Este estudo objetivou realizar uma análise do nexo causal entre a atividade desenvolvida e o processo de adoecimento, através dos registros de afastamentos médicos de servidores efetivos/ativos da carreira docente que atuam em uma Universidade Federal do Centro-Oeste brasileiro, em relação ao sexênio 2014-2019, bem como identificar as possíveis relações entre o adoecimento e o local de trabalho desses servidores. A metodologia utilizada no estudo contemplou duas etapas: a) levantamento dos dados epidemiológicos sobre adoecimento dos servidores docentes e b) análise quantitativa dos dados institucionais referentes aos afastamentos/licenças para tratamento de saúde. A análise dos dados permitiu observar que a maior porcentagem de afastamentos estava contemplada nas seguintes categorias de adoecimento, em ordem decrescente de prevalência: “fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde” (CID Z); “transtornos mentais e comportamentais” (CID F); “doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo” (CID M). Tais adoecimentos podem estar relacionados a fatores como elevadas cobranças por produtividade acadêmica no ambiente universitário e estrutura física precária da universidade, associados à ausência de programas de prevenção e promoção da saúde do servidor docente na área acadêmica.

**Palavras-chave:** Professores. Adoecimento no Ensino Superior. Universidades Públicas. Saúde do Trabalhador.

## ABSTRACT

This study aimed to carry out an analysis of the causal link between the activity developed and the illness process through the records of medical leave of effective/active servants of the teaching career who work at a Federal University in the Brazilian central west - in relation to the sexennium 2014-2019, as well as identifying the possible relationships between the illness and the workplace of these servers. The methodology used in the study included two steps: a) a survey of epidemiological data on the illness of faculty members and b) a quantitative analysis of institutional data referring to leaves/leaves for health treatment. Data analysis showed that the highest percentage of absences was included in the following categories of illness, in decreasing order of prevalence: “factors that influence health status and contact with health services” (ICD Z); “mental and behavioral disorders” (ICD F); “diseases of the musculoskeletal system and connective tissue” (ICD M). Such illnesses may be related to factors such as high demands for academic productivity in the university environment and the precarious physical structure of the university, associated with the absence of prevention and health promotion programs for faculty members in the academic area.

**Keywords:** Teachers. Illness in Higher Education. Public Universities. Worker's Health.

## **1 INTRODUÇÃO**

O mundo do trabalho e sua relação com a saúde é um importante tema de estudo interdisciplinar, no qual a Psicologia e outras áreas do conhecimento científico se preocupam em compreender as inter-relações existentes e os resultados dos processos de saúde/doença consequentes desse contexto.

No campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) não é diferente. A POT é uma área da Psicologia que abrange o estudo e a observação do comportamento humano nas organizações, bem como a compreensão dos fenômenos nos contextos de trabalho, uma vez que investiga as vulnerabilidades do trabalhador dentro do contexto laboral e as suas condições de trabalho, produzindo conhecimento sobre a emancipação do trabalhador e revelando as relações profundas entre o mundo natural, estrutura social e a subjetividade do ser humano (MALVEZZI, 2006).

A POT é uma área muito ampla dentro dos campos de conhecimento da Psicologia, abrangendo desde o estudo e a observação do comportamento humano nas organizações até a compreensão dos fenômenos nos contextos de trabalho dentro ou fora delas. Malvezzi (2006) aponta que a POT tem colaborado com a compreensão da vulnerabilidade do trabalhador dentro do complexo contexto das organizações e das condições de trabalho, produzindo conhecimento sobre a emancipação do trabalhador e revelando as relações profundas entre o mundo natural, estrutura social e a subjetividade do ser humano.

Considerando, ainda, o campo de atuação do psicólogo do trabalho, uma de suas características principais da Psicologia Organizacional e do Trabalho, como área de conhecimento e intervenção, é a multi e interdisciplinaridade. Essa área da psicologia dialoga com diversos campos do conhecimento, em especial, sociologia, sociologia do trabalho, psicanálise, antropologia, ciências econômicas, história, engenharia e administração, construindo uma ecologia de saberes sobre o trabalho (LEÃO, 2012).

À respeito do trabalho, este tem sido uma fonte de paradoxos para as pessoas, consistindo desde a aplicação de conhecimentos e habilidades na sua execução, à constituição de valores, relações de poder e conhecimentos que compõem sua institucionalização (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2014). E, por isso, no contexto organizacional, o indivíduo é direcionado pela motivação para buscar a sua satisfação pessoal ao alcance dos objetivos organizacionais, tendo em vista que o trabalho é o resultado da capacidade humana

de transformar a natureza em seu próprio proveito. O sistema capitalista traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital, o mesmo se torna degradado, alienado e estranhado (NAVARRO; PADILHA, 2007, p.15).

Nos últimos anos, as perdas da classe trabalhadora foram importantes não apenas do ponto de vista financeiro, mas também de sua saúde física e psíquica. Ao se trabalhar com vistas a produtividade e, conseqüentemente, o aumento de “lucro” ou alcance das metas institucionais cada vez mais inalcançáveis, o trabalhador fica exposto a fatores que favorecem o seu adoecimento, o que compromete a sua prestação de serviço e, conseqüentemente, não corresponde à força de trabalho e as expectativas quanto à produção e o presenteísmo na instituição. As doenças relacionadas ao trabalho têm impacto não apenas na vida do indivíduo, mas para toda sociedade (WÜNSCH FILHO, 2004).

Entretanto, com o avanço científico no âmbito da POT, ampliou-se o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive, em sua articulação com o trabalho. Segundo Jacques (2007), pesquisadores, como o psiquiatra Francês Le Guillant, desenvolveram pesquisas com objetivo de demonstrar a relação entre o contexto de trabalho e o adoecimento apresentado pelos trabalhadores.

Essa nova forma de compreender a relação trabalho-saúde e de intervir no mundo do trabalho foi resultado das mudanças nas relações e ambiente de trabalho, que foram intensificados a partir da precarização e terceirização do trabalho, tornando os trabalhadores, vulneráveis ao sucateamento da força de trabalho, colaborando para o adoecimento, acidentes e mortes derivados na relação com o trabalho (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2018).

Na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de ensino ao aluno, ocasionando, assim, um aumento de adoecimentos relacionados ao trabalho docente na educação, conforme os estudos sobre condições de trabalho que evidenciam uma crescente precarização e deterioração das condições laborais dos docentes, acentuando assim a sobrecarga de trabalho desses profissionais (ARAÚJO *et al.*, 2005), sem, no entanto, apontar compreensão satisfatória sobre este fenômeno.

Isto posto, e considerando que as universidades brasileiras têm sido palco de transformações e desafios decorrentes dos processos de trabalho, que têm repercutido em uma intensificação no trabalho docente (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015), entende-se que a POT pode colaborar na investigação dos fatores que estão

afetando negativamente o ambiente de trabalho, podendo auxiliar em processos interventivos, promovendo saúde e bem-estar aos trabalhadores.

O adoecimento docente é fortemente vivenciado nas organizações de ensino superior públicas e privadas. Assim, o presente trabalho se propôs a investigar, a partir do olhar da Psicologia Organizacional e do Trabalho, o nexo causal entre atividade desenvolvida e processo de adoecimento, através dos afastamentos médicos de servidores ativos da carreira docente que atuam em todos os *Campi* de uma Universidade Federal do Centro Oeste, no sexênio 2014-2019 (1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2019).

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS TRABALHADORES DOCENTES NAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

No Brasil, a expansão do ensino superior não foi acompanhada da mesma proporção de investimentos na educação. Dessa forma, a exigência sobre a produtividade de pesquisa, ensino e extensão, bem como as condições do trabalho, sejam elas espaço escolar, quantidade de alunos por sala de aula, falta de equipamentos técnicos e pedagógicos e sobrecarga de atividades extras, figuram como fatores que podem estar diretamente ligados ao aumento do adoecimento em professores e seu afastamento do local de trabalho (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015).

Ao se considerar o sucesso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na atualidade, vê-se que, na maioria das vezes, advém do produtivismo acadêmico por parte dos docentes e no acúmulo de atividades administrativas por parte dos servidores técnico-administrativos. Essas duas categorias profissionais sofrem as consequências da falta de investimento e sucateamento da universidade pública, tendo, muitas vezes, um ambiente insalubre, sem as condições básicas de segurança, higiene e saúde no trabalho (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015).

Estudar a inter-relação entre afastamento e ambiente de trabalho dos docentes pode oportunizar a compreensão desse fenômeno, relacionando-o às condições históricas do trabalho e auxiliando a instituição a promover ações que versem sobre a Qualidade de Vida no Trabalho, de maneira a potencializar a satisfação destes trabalhadores em prol do sentimento de pertencimento à universidade.

Muitos são os estudos realizados voltados ao estresse, à depressão, à fadiga, à agressividade, à irritabilidade, aos transtornos mentais, entre outras comorbidades que impactam a saúde do trabalhador. Tais estudos são feitos em diversos grupos e áreas com o objetivo de compreender patologias e sintomas, contribuindo para solução e tratamento. Com as mudanças do trabalho, advindas da capitalização, a saúde do trabalhador tem sido afetada, uma vez que, apesar de proporcionar identidade e sociabilidade, nas condições inadequadas o trabalho se torna produtor de adoecimento (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017).

Nesse sentido, as universidades brasileiras também têm sido palco de transformações e desafios decorrentes dos processos de trabalho que, com as novas informações, o produtivismo acadêmico, a intensificação da carga horária de trabalho e as alterações na legislação trabalhista, tem repercutido em uma intensificação no trabalho docente, sem que haja uma contrapartida de compensação da instituição que gerasse um equilíbrio na vida do trabalhador (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015). Desse modo, diante da complexidade da contemporaneidade, as universidades são instituições novas, que necessitam dispor de alternativas estratégicas para cumprir uma de suas missões, a construção do conhecimento (RIBEIRO, 2017).

As organizações universitárias necessitam de pesquisa sistemática para incrementar seus produtos e criar novos, a fim de garantir sua perenidade diante da competição econômica. Por sua vez, os dirigentes passaram a ser mais cobrados em termos de qualificação com vistas à obtenção de sucesso no mundo dos negócios/pesquisas (PAICHELER-HARROUS, 2018). No entanto, diferentes universidades respondem de forma distinta às políticas e práticas de qualidade, de acordo com o modo como as suas culturas se desenvolveram no passado. Desse modo, o desafio para os líderes é o de ajustar as culturas predominantes para garantir um alinhamento mais próximo das metas individuais e coletivas.

Para Girard *et al.* (2010), as Universidades cumprem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, quando produzem conhecimento, desenvolvimento tecnológico econômico e social. E para este desenvolvimento social mais justo e contínuo é fundamental que mantenham permanentemente a preocupação em cumprir a sua missão institucional, que, no caso da Universidade Federal do Centro-Oeste, se evidencia na formação e qualificação profissional nas diferentes áreas do conhecimento.

Considerar a dimensão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, juntamente com a responsabilidade de formação social de nossos estudantes e, ainda, diante

da necessidade de qualificação do corpo docente, torna-se cada vez mais comuns ocorrências de estresse, depressão, esgotamento físico, psíquico, ou seja, o adoecimento destes profissionais (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015).

Historicamente, a partir do início dos anos 1980, a Psicopatologia do Trabalho passou a se preocupar em fundamentar a clínica do sofrimento na relação psíquica com o trabalho. Nessa nova abordagem, o trabalho na clínica psicológica pode, então, ultrapassar seus conceitos filosóficos, econômicos e sociológicos, passando a ser definido como uma psicopatologia, sendo que a etiologia (o agente causal) dessa psicopatologia tem sua origem nas pressões do trabalho. Essas pressões põem em xeque o equilíbrio psíquico e a saúde mental na organização do trabalho (CODO *et al.*, 1993).

Ainda são escassas as pesquisas sobre os afastamentos laborais de servidores públicos por doença. Logo, há pouco material sobre o perfil de morbidade desses trabalhadores. Todavia, os dados sobre absenteísmo-doença dos servidores públicos têm aumentado, tanto em âmbito municipal e estadual quanto no federal (ROCHA *et al.*, 2013).

Embora existam diferentes níveis de exigência do trabalho e sua produtividade entre os docentes, não há como determinar uma única causa prevalente para absenteísmo, pois a mesma pode variar em função da heterogeneidade de servidores, diferenças culturais, regionais, exposição climática, ambiente de trabalho, formação acadêmica e outros fatores que podem influenciar o processo saúde-doença (LEÃO, 2012).

No dia a dia do trabalho nas organizações, muitas vezes, as pessoas são tratadas como meros objetos operacionais, sendo desconsiderados os elementos relacionados à sua subjetividade e negando-se o reconhecimento do sofrimento psíquico e social no ambiente laboral. Em geral, os gestores se importam apenas com o alcance das metas e objetivos institucionais, ocasionando o crescimento da organização com base na sobrecarga de trabalho dos trabalhadores e, conseqüentemente, na promoção de sofrimento. As organizações crescem tanto que chegam a viver como uma massa em movimento, como “coisas funcionais”, em que o afeto e as emoções devem ser contidos e dissimulados (LIMONGI-FRANÇA, 2008).

A constatação do nexo causal, pelos órgãos previdenciários, entre o trabalho e o afastamento por motivo de saúde (transtorno psíquico), motivou o governo federal a promover ações que visam o registro de doenças relacionadas ao ambiente de trabalho (JACQUES, 2007). Isso porque, no cotidiano de determinados profissionais, pode surgir manifestações

comportamentais com causa emocional, responsáveis pelo aparecimento de sintomas físicos e psíquicos na pessoa.

Essas manifestações psicológicas, por muitas vezes, são percebidas com indiferença pelos seus pares, gestores e alunos. No entanto, a fragilidade emocional advinda do contexto de trabalho pode indicar a necessidade de intervenções especiais por parte da instituição, uma vez que pode evoluir e ocasionar o adoecimento do profissional e, conseqüentemente, o afastamento de seu ambiente de trabalho (LEÃO, 2012).

O absentismo traz efeitos adversos, não somente aos profissionais afastados, mas também à organização onde o profissional está laborando. Se, por um lado, o profissional tem que buscar soluções para o seu estado de saúde adoecido, a organização também é prejudicada, uma vez que deve ajustar seus fluxos de trabalho para suprir o desfalque em sua equipe de trabalho. O afastamento de profissionais da organização pode causar sobrecarga de trabalho para os trabalhadores remanescentes, o que leva a baixa produtividade e ao adoecimento do ambiente de trabalho como um todo (LEÃO, 2012).

Segundo Leão e Gomez (2014), muitos dos sofrimentos dos trabalhadores, sendo diagnosticados como estresse, patologia e/ou transtorno mental e do comportamento, tendem a conceber indivíduos adoecidos, direcionando práticas de atenção e vigilância da doença, deixando escapar intervenções sobre determinantes sociais desse fenômeno. No entanto, o contexto do trabalho precisa ser compreendido em todos os seus aspectos, uma vez que é fundamental para o funcionamento da sociedade e identidade do indivíduo, necessitando de avaliações precisas para evitar e/ou tratar o adoecimento. Isso porque, ao mesmo tempo em que é uma necessidade, tanto para a pessoa como para a vida social, o trabalho tem se tornado uma atividade imposta, forçada, compulsória, sendo fonte de desprazer e adoecimento (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017).

Como alternativa para tratar essas questões, Leão e Gomez (2014) compreende que, apesar da diversidade, algumas abordagens teóricas e suas práticas concentram-se em alternativas para diminuir o estresse e visam munir os trabalhadores com ferramentas capazes de auxiliá-los a lidar com as situações estressantes no trabalho, ou seja, trata-se de oferta coletiva de princípios orientadores para encontrar saídas individuais em face dos problemas de saúde mental. São intervenções prescritivas, orientadas para a pessoa e que utilizam técnicas de relaxamento muscular, meditação e treinamento em habilidades cognitivo-

comportamentais, visando, sobretudo, modificar a avaliação do fator gerador de estresse ou ensinar a lidar com os seus sintomas.

A partir da necessidade de compreensão e intervenção nos contextos laborais frente ao adoecimento, a POT surgiu, então, com o objetivo de explorar a complexidade das crescentes transformações do mundo do trabalho, buscando analisar como interagem as múltiplas dimensões que caracterizam a vida das pessoas, dos grupos e das organizações. Essa área da psicologia busca construir estratégias que possam promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida dos trabalhadores (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2014).

Leão (2012) considera que o percurso de emergência, constituição e institucionalização da Psicologia do Trabalho não se dá como caminho retilíneo e evolutivo em gradual refinamento da área. Pelo contrário, as relações psicologia/trabalho receberam contornos diferenciados, rumos e ramificações distintas face aos mais variados cenários geográficos, políticos, científicos e econômicos do século XX e XXI. Em cada contexto e período ocorreram transformações que deram novas feições ao modo da psicologia compreender, pesquisar e intervir sobre o trabalho.

Segundo Dejours (1998), o sofrimento no trabalho é consequência da persistência do ser humano em viver num ambiente de trabalho que lhe é adverso. Entretanto, se faz necessário investigar e compreender quais fatores interferem nessas relações de trabalho, que mesmo sendo um ambiente adoecedor, o trabalhador se mantém naquele local indesejado. As exigências do trabalho e da vida são uma ameaça ao próprio trabalhador, que acusa riscos de sofrimento, que se compara a uma doença contagiosa, devendo ser encarada e tratada como tal, surgindo daí um movimento denominado higienista, como resposta social ao perigo.

Ademais, as relações de trabalho dentro das organizações, frequentemente, despojam o trabalhador de sua subjetividade, excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima do seu trabalho. Diante de tantos fatores adversos relacionados ao trabalho, o adoecimento do trabalhador acaba se tornando algo inevitável e, conseqüentemente, podendo levar ao afastamento laboral (DEJOURS, 1998).

Le Guillant, psiquiatra Francês de 1940, por meio da Psiquiatria Social, desenvolveu pesquisas no campo da Psicopatologia do Trabalho (PPT) que levavam em consideração uma perspectiva sociogenética dos problemas de adoecimentos mentais dos trabalhadores, de maneira a estabelecer a inter-relação entre os problemas psicopatológicos, as condições de existência e as situações vividas pelo doente (SOUZA; ATHAYDE, 2006). Desejava, assim,

estabelecer verdadeiros nexos causais que ligassem fatos realmente vividos em um determinado ambiente, como o trabalho por exemplo, a uma situação concreta de adoecimento.

Ao levar em consideração as situações de vida e de trabalho, Le Guillant desenvolve o que chamou de “nova clínica” (SOUZA; ATHAYDE, 2006). E, considerando, essa nova área de atividade, a Psicopatologia do Trabalho, percebe-se uma oportunidade de um novo campo para estudos e compreensão dos adoecimentos ocasionados na área docente.

Diante desse contexto teórico, percebe-se, então, que os trabalhadores são afetados por adoecimento no ambiente de trabalho - que ocorrem em ritmo acelerado - não conseguindo, muitas vezes, acompanhá-las, ocasionando agravos à sua saúde física e mental (TORRES *et al.*, 2011).

Os fenômenos em saúde mental – sofrimentos diversos, desânimo, tristeza, depressão, assédios, estresse, transtornos, entre outros – têm suas especificidades, mas podem manifestar-se imbricados com problemas derivados da exposição a diversos tipos de riscos no ambiente de trabalho, assim como a ocorrência de acidentes de trabalho. É esse complexo atravessamento entre sujeitos trabalhadores e aspectos materiais, físicos, químicos, biológicos, culturais e organizacionais nos processos de trabalho que deve ser o objeto da vigilância (LEÃO; GOMEZ, 2014).

Nesse sentido, é necessária análise integral das dimensões do processo de trabalho, bem como a compreensão das configurações gerais dos processos de produção (políticas, econômicas, tecnológicas e sociais), as características específicas dos processos de trabalho (matéria-prima, artefatos, procedimentos etc), as cargas e riscos do ambiente de trabalho (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos), os aspectos da organização do trabalho (divisão de tarefas, hierarquia, modalidade de gestão, jornadas, turnos, ritmo e intensidade das tarefas, pausas), o nível da atividade e trabalho real, como as vivências, criações, sofrimentos, defesas e produção de novas normas (LEÃO; GOMEZ, 2014).

A integralidade do trabalho, enquanto questão social, econômico-material e psicológico-simbólica não deve ser fracionada para propiciar a superação de intervenções em um ou outro aspecto da realidade. Uma demissão, cobranças excessivas, acidentes, novos ritmos, relações, jornadas, salário, entre outros aspectos, afetam representações dos sujeitos sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o trabalho. O trabalho desperta sentimentos diversos – satisfação, frustração, medo, indecisão, dúvida, tristeza – entre os trabalhadores e todas as

manifestações coletivas de mal-estar devem direcionar o olhar da vigilância para o trabalho, a fim de buscar compreender suas contradições e propor mudanças efetivas que propiciem bem-estar.

Por fim, e não menos importante, pesquisas demonstram o aumento de adoecimento relacionado ao trabalho docente na educação, evidenciando a prevalência de depressão entre outros problemas relacionados ao estresse, ansiedade e síndrome de Burnout. Entre os principais fatores de adoecimentos psíquicos, constam a inter-relação com a organização do trabalho e/ou condições de trabalho (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015; SANTOS, 2013).

### **3 O ESTABELECIMENTO DO NEXO CAUSAL**

A compreensão da relação entre o trabalho e o adoecimento dos trabalhadores vem ganhando visibilidade dentro de uma Universidade Federal do Centro-Oeste. Diante desta realidade, o estabelecimento do nexo causal sobre os casos de adoecimentos, torna-se uma questão decisiva para que a instituição planeje ações e programas que possam prevenir o adoecimento dos trabalhadores no âmbito da instituição, bem como possibilitar ações de retorno desses trabalhadores que já passaram pelo processo de adoecimento e hoje estejam recuperados aos seus respectivos ambientes de trabalho.

A análise do nexo causal e trabalho envolve, na sua determinação, uma série de fatores de ordem ideológica, ética, legal e humanística. Segundo Cabral, Soler e Wysocki (2018), para sua compreensão, são essenciais: o diagnóstico da doença; a presença no ambiente de trabalho de riscos ocupacionais capazes de causar o agravamento à saúde; e o estabelecimento da relação entre o agravamento apresentado e o ambiente de trabalho, ou seja, o nexo causal.

Jacques (2007), corrobora, em seus estudos, que estabelecer o nexo causal entre o adoecimento e o ambiente de trabalho contribui para uma prescrição terapêutica mais adequada e, portanto, tal medida vem se mostrando particularmente útil. Pensar neste campo de saúde em conjunto com a psicologia, enquanto campo de trabalho, permite compreender ser uma oportunidade promissora. Segundo Jacques (2007), para o exercício profissional da psicologia, inclusive no que se refere a contribuição do profissional psicólogo para a determinação do nexo causal dos processos de adoecimento.

Com a publicação do artigo sobre a “neurose das telefonistas”, Le Guillant buscou estabelecer conexões entre condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores e, a partir

desse momento, tal publicação faz críticas à medicina por não considerar a conexão entre condições de vida e trabalho e problemas de saúde dos trabalhadores (LIMA, 2005).

Para Lima (2005), esta polêmica em torno donexo causal entre transtorno mental e trabalho foi desencadeada na França e envolve basicamente dois grupos de teóricos:

[...] de um lado, estão aqueles que admitem a existência de transtornos mentais decorrentes do trabalho, apresentando evidências de que existem formas de desgaste psíquico, afetando um número importante de trabalhadores pertencentes às mesmas categorias profissionais, às mesmas empresas ou submetidos a condições semelhantes de trabalho. Do outro, estão aqueles que negam essas evidências, afirmando que os transtornos mentais têm origem essencialmente orgânica ou psíquica. Fica evidente que esta polêmica decorre, acima de tudo, das concepções que esses teóricos têm a respeito da gênese da doença mental, tendo aqueles que acham que ela advém, sobretudo, de fatores orgânicos, adotando uma perspectiva essencialmente organicista, outros, que defendem a tese de uma origem exclusivamente psicogênica, desconsiderando suas dimensões orgânicas e, em certa medida, sociais e, finalmente, aqueles que concebem o transtorno mental como sendo resultante de um conjunto de fatores biopsicossociais (LIMA, 2005, p. 74).

A análise entre doença ocupacional e os afastamentos médicos dos servidores docentes da Universidade Federal do Centro-Oeste, inspirou a necessidade do estudo sobre o processo de saúde e sofrimento no contexto de trabalho docente, sobre a ocorrência de afastamentos ocorridos por diversos transtornos desses servidores.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 24652719.9.0000.5690) da mesma instituição. Os procedimentos metodológicos do estudo seguiram duas etapas: a) levantamento dos dados epidemiológicos sobre adoecimento dos servidores docentes disponíveis na Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor (CASS) da universidade federal analisada; b) análise quantitativa dos dados institucionais referentes aos afastamentos/licenças para tratamento de saúde.

Enquanto tipo de estudo, foi proposto o delineamento observacional e retrospectivo, considerando a necessidade de se minimizar os possíveis erros, a fim de evitar os fatores que possam emaranhar as análises dos dados e outras intercorrências que possam interferir na interpretação dos resultados. Vale destacar, ainda, que o modelo de estudo retrospectivo é

utilizado para explorar dados e informações do passado até o presente atual (FONTELLES *et al.* 2009).

Nesse sentido, buscou-se, por meio de uma abordagem quantitativa, traçar um perfil desses afastamentos, com base na investigação de relações causa e efeito entre variáveis; e, com o eixo qualitativo, identificar possíveis fatores críticos referentes às atividades laborais desenvolvidas e suas intercessões com a saúde dos trabalhadores. Desse modo, os dados quantitativos desta pesquisa, referiram-se aos resultados de medidas ou contagens efetuadas acerca dos afastamentos ocasionados entre os anos de 2014 a 2019. Os dados qualitativos referiram-se às características dos afastamentos.

Para a realização do levantamento dos dados epidemiológicos e das análises quantitativas dos dados da pesquisa, foram empregados os métodos de estatística descritiva (distribuição de frequência e média). A estatística descritiva, tem por objetivo básico sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo, dessa forma, que se tenha uma visão global da variação desses valores (GUEDES *at al.*, 2005).

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 A SAÚDE DOS SERVIDORES DOCENTES ATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CENTRO-OESTE**

A instituição de ensino superior pública federal que abrigou a presente pesquisa possuía, em dezembro de 2021, o quantitativo de 1.850 servidores docentes. A composição do quadro docente desta universidade é bem variada, conforme anuário estatístico de 2018 e 2019, sendo composto por professores com qualificação mínima de graduação, sendo que mais de 90% são qualificados em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado) (Tabela 1) e atuam, em sua grande maioria, em regime de Dedicção Exclusiva.

Entre os anos de 2014 e 2016, foram registrados 238 afastamentos de servidores (docentes e técnicos administrativos), sendo destes números totais, 117 afastamentos correspondentes aos servidores docentes. No decorrer de 2017 e 2019, ocorreram 621 afastamentos e destes, 273 correspondem a servidores docentes. Observou-se uma grande variação no número total de dias de afastamento dos servidores docentes, relacionados às licenças médicas, durante o período estudado: 7.132, 4.135, 3.697, 4.697, 5,283 e 8.374 dias, respectivamente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, independente da causa.

**Tabela 1** Evolução do quadro permanente de docentes por titulação (sexênio 2014 a 2019)

Titulação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Graduado	32	32	28	24	18	14
Especialista	88	95	97	101	114	123
Mestre	561	527	487	466	417	368
Doutor	1.055	1.138	1.190	1.232	1.315	1.357
Total	1.736	1.792	1.802	1.823	1.864	1.862

Fonte: Anuários estatísticos da universidade.

Nas Tabelas 2 e 3, apresentadas a seguir, é demonstrada a porcentagem de afastamentos médicos apresentados sobre o total de servidores, bem como o quantitativo de atestados médicos apresentados no decorrer dos anos de 2014 a 2019. Observa-se, diante dos dados apresentados na Tabela 2, que no ano de 2019 ocorreu o maior número de docentes afastados (113) para tratamento de saúde, e na soma total dos atestados apresentados na Tabela 3, o ano de 2014 obteve maior número, sendo este o total de 455 atestados apresentados.

**Tabela 2** Porcentagem de afastamentos médicos por total de servidores (sexênio 2014 a 2019)

Anos	Total de servidores (docentes ativos)	Total de docentes afastados	Porcentagem de afastamento por total de servidores docentes
2014	1.736	71	4,09 %
2015	1.792	26	1,45 %
2016	1.802	20	1,11 %
2017	1.823	57	3,13 %
2018	1.864	103	5,53 %
2019	1.862	113	6,07 %

Fonte: Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor (CASS).

**Tabela 3** Quantitativo de atestados médicos apresentados por total de servidores docentes ativos (sexênio 2014 a 2019)

Anos	Total de servidores (docentes ativos)	Total de atestados médicos apresentados
2014	1.736	455
2015	1.792	222

---

2016	1.802	222
2017	1.823	90
2018	1.864	262
2019	1.862	371

---

Fonte: Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor (CASS).

Evidencia-se ainda, uma oscilação no quantitativo de atestados médicos apresentados por total de servidores, apesar do grande número pertencer ao ano de 2014 e ter diminuído ao longo dos anos de 2015 (222 afastamentos), 2016 (222 afastamentos) e 2017 (90 afastamentos), esses valores começam a aumentar novamente a partir do ano de 2018 (262 afastamentos) e 2019 (371 afastamentos), reforçando, no que se compara nestes dados, a ascendência dos afastamentos e o adoecimento do corpo docente.

Conforme os dados apresentados, verifica-se que o alto índice de afastamento pode gerar desconforto e sobrecarga de trabalho nos servidores remanescentes dos setores, que são afetados pela ausência daqueles que se afastaram. Na maioria dos casos de afastamento, há a interrupção do trabalho. Isso quer dizer que, mesmo o servidor estando afastado, ele continua recebendo salário e, mesmo no período que ele está ausente, suas horas de trabalho continuam sendo computadas como tempo de serviço e cálculo de aposentadoria.

Essas questões de afastamentos, bem como a consequente sobrecarga daquele docente que assume as atribuições do colega afastado ou a demora em contratação de professor substituto, trazem sofrimento não somente em termos de volume de trabalho, mas, igualmente, uma sobrecarga, cognitiva e emocional, sendo essa uma das variáveis comumente associadas ao *burnout* (CARLOTTO; DIAS; BATISTA; DIEHL, 2015).

Em pesquisa recente, Cavalcante (2013) demonstra um aumento dos afastamentos para tratamento de saúde entre os servidores públicos no Brasil. No entanto, a produção científica para compreender determinado fenômeno ainda permanece restrita e carente de maiores dados. Em consonância com tal afirmação de Cavalcante (2013), a presente pesquisa poderá servir como base de estudos futuros para amparar a literatura com novos dados e informações a respeito de adoecimento de trabalhadores docentes no serviço público superior.

No contexto desta Universidade Federal do Centro Oeste, pode-se observar que um dos maiores índices de afastamento de pessoal foi decorrente de licença para tratamento de saúde (licença médica). A licença para tratamento de saúde é a licença que o servidor faz jus

quando acometido de doença que não lhe permita exercer as atividades do cargo, sendo possível sua concessão a pedido ou de ofício, sem prejuízo na sua remuneração.

## 5.2 DADOS REFERENTES AOS MOTIVOS DOS AFASTAMENTOS

Com base nos dados epidemiológicos pesquisados no banco de dados da CASS, no que tange aos afastamentos, percebeu-se uma alta prevalência de afastamentos dos docentes registrados através da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, conhecida como CID 10, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1996). A CID 10 visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, fornecendo códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais.

A análise dos dados epidemiológicos e de saúde dos servidores docentes afastados entre os anos de 2014 e 2019, conforme os dados da Tabela 4, permite observar que a maior porcentagem de afastamentos (9,2%) não teve registro do código da Classificação Internacional da Doença (CID), outros 9,2% é o Z76.3 (Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente), em seguida (6,6%) F32.2 (Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos) e 5,3% com F32.1 (Episódio depressivo moderado). Acrescenta-se ainda o registro de que a idade média mais frequente para o adoecimento em geral dos docentes é de 43,3 anos. Sendo, a idade para adoecimento por CID F a idade de 46,4 anos. O sexo mais prevalente nos registros de adoecimento geral (54,6%) foi o sexo feminino, e prevalente no adoecimento por CID F, também (57,9%) do sexo feminino.

**Tabela 4** Maiores porcentagens de afastamentos docentes por CID: 2014 a 2019

CID	2014 a 2019
Sem registro	9,2%
Z76.3	9,2%
F32.2	6,6%
F32.1	5,3%

Fonte: Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor (CASS).

Diante dos dados apresentados na caracterização da amostra e da análise epidemiológica dos dados e, considerando o impacto desses agravos a saúde dos docentes, fica evidente o aumento do número de dias de trabalho perdidos, com prejuízo ainda mais intensificado para a saúde dos trabalhadores, ampliando a probabilidade do aumento do custo

com contratações de professores substitutos ou até mesmo ao aumento da incapacidade de trabalho dos servidores docentes ativos, pelo acúmulo e complicações em seu ambiente de trabalho, derivado da sobrecarga e do acúmulo de atividades.

Assim, é importante ressaltar que qualquer tentativa de estudar os agravos à saúde relacionados ao trabalho é sempre parcial, pois é necessário considerar que não há uma abordagem única que permita uma visão acurada de sua extensão e, ainda, os critérios para definir a gravidade de uma situação e os vieses associados com as várias abordagens utilizadas podem conduzir a grandes variações de estimativas (WÜNSCH FILHO, 2004).

Em consonância com os estudos sobre a influência das condições de vida e de trabalho sobre a saúde, Le Guillant, mais uma vez citando o estudo sobre a “neurose das telefonistas”, nos permitiu encontrar características de determinadas condições de trabalho que o progresso técnico tende a instaurar nas pessoas. Os distúrbios, observados nos estudos de Le Guillant, fazem parte de uma “síndrome geral da fadiga nervosa”, que tinham como características alterações de humor, passando de um contexto de timidez tornando-se nervosas, irritadas e agressivas (LIMA, 2005).

No Brasil, segundo estatísticas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os transtornos mentais ocupam a 3ª posição entre as causas de concessão de benefícios previdenciários (BRASIL, 2001). Em concordância com esses dados, Bolsoni e Zuardi (2015) citam que diversos estudos internacionais e no Brasil, sobre prevalência de transtornos mentais, mostram que aproximadamente 30% da população adulta apresentam algum tipo de diagnóstico psiquiátrico (principalmente depressão e ansiedade).

Outrossim, o tratamento e o acompanhamento do paciente afastado por transtornos mentais e comportamentais exigem intervenções multidisciplinares, levando o mesmo, a se afastar do seu ambiente de trabalho, trazendo consequências econômicas para a instituição, e a diminuição da qualidade de vida para o servidor, decorrentes da presença do adoecimento, sendo na sua maioria dos transtornos mentais mais frequentes – como ansiedade, depressão e abuso de substâncias psicoativas.

Essa associação de fatores de aumento da exigência da produção acadêmica em consonância com as dificuldades em diversos âmbitos encontradas na instituição tende a facilitar esse adoecimento. Falar de adoecimento se faz necessário compreender que mudanças no ambiente do trabalho impactam profundamente as relações de trabalho nas organizações, trazendo, de acordo com Pereira, Braga e Marques (2014), um custo para a

saúde dos trabalhadores. Para Bouzada, Kilimnik e Oliveira (2012), um desafio para o professor iniciante é a formação contínua, necessária especialmente nessa época de mudanças que as instituições têm cobrado dos docentes.

Ainda segundo Bouzada, Kilimnik e Oliveira (2012), os professores consideram que a carreira docente enfrenta dificuldades. Há consenso de que a docência é uma profissão desafiadora, necessitando de atualização constante. Apesar de a carreira ser desafiadora e não muito estável, eles relatam que o professor universitário possui *status*, sendo visto com muito respeito (BOUZADA; KILIMNIK; OLIVEIRA, 2012).

Neste cerne do adoecimento, outras manifestações são comuns, no entanto, não deixam de ser a expressão da sua relação de adoecimento com o esgotamento físico mental (LIMA, 2005). Destaca-se também entre as principais causas de afastamento docente o CID M, que se obteve uma presença constante dentre os afastamentos ocorridos.

Todos os adoecimentos no ambiente de trabalho podem ser multicausais, inclusive decorrentes do agravamento de um quadro clínico anterior. Embora alguns afastamentos não representem riscos de vida para o trabalhador, o comprometimento de uma parte do corpo, como a mão, perna, coluna inviabiliza o desenvolvimento de atividades profissionais e pessoais (MUROFUSE; MARZIALE, 2005).

Os trabalhadores docentes esgotados, possivelmente, tendem a utilizar com maior frequência os mecanismos individuais de enfrentamento, tais como a fuga do problema que promove o adoecimento e, ainda, buscando ajuda especializada de fora da instituição. Diante disso, o trabalhador esgotado, adoecido, volta-se para si, para buscar seus próprios recursos; considerando que a fuga do seu local de trabalho é uma estratégia para tentar conviver com a situação do adoecimento; entretanto, esta o leva ao sofrimento e à frustração no trabalho (TRINDADE *et al.*, 2010).

Na Universidade Federal do Centro-Oeste, ambiente desta pesquisa, o CID M e o CID F foram as maiores causas de afastamentos dos grupos dos docentes. Embora o CID Z esteve presente em todos os grupos, ele constitui um grupo de diagnósticos responsáveis pelo maior percentual quantitativo (número de atestados apresentados) de afastamentos, englobando desde presenças em consultas médicas ou exames até acompanhamento de pessoa doente na família. No entanto, os “Transtornos mentais e comportamentais” (CID F) constituem o grupo de diagnósticos com maior número de absenteísmo, uma vez que licenças de longa duração estão frequentemente associadas a estes afastamentos na instituição pesquisada. Em vista

disso, as evidências demonstram que é preciso prevenir a ocorrência de novos casos de adoecimentos, principalmente os adoecimentos relacionados aos referidos CID M e CID F, atualmente, responsáveis quantitativamente pelo maior número de afastamentos dentro da universidade.

Além das repercussões negativas sobre a saúde dos servidores da universidade pública do Centro-Oeste, há que se destacar ainda o índice geral de duração dos afastamentos dos servidores docentes. Obteve-se como resultado a média de 169,5 dias de afastamento para o primeiro triênio (2014-2016) e, 63,4 dias de afastamento para o segundo triênio (2017-2019). Diante desta grande média nos triênios, evidencia-se mais uma vez a magnitude dos agravos de saúde no pessoal da educação, especialmente docentes, que vem destacando-se nas estatísticas oficiais do setor público, com aumento expressivo de licenças médicas e afastamentos do trabalho (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019).

Dentre tantos adoecimentos acometidos pelos docentes, há de se considerar ainda, dentre os adoecimentos dos trabalhadores, as condições pré-existentes, conforme as características próprias do indivíduo, como herança genética, hábitos de vida, como tabagismo, alcoolismo e em muitos casos o sedentarismo. Existe ainda a possibilidade de atestados que não condizem com o estado de saúde dos servidores, o que pode causar uma superestimação dos casos registrados. Para a análise destes dados, foi fundamental a utilização na investigação do método epidemiológico.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar sobre adoecimento e saúde do trabalhador exige dialogar com diferentes abordagens da área da saúde, que partem de epistemologias diversas e, no entanto, todos compartilham uma mesma perspectiva e objeto, a saber: a saúde do trabalhador, com propósito de compreender as causas do adoecimento e propor ações preventivas e de promoção à saúde.

Pensar o nexo causal nos episódios de adoecimento dos trabalhadores se faz necessário para a compreensão técnica da maneira como o diagnóstico se relaciona com o trabalho e as causas do adoecimento. Sem esta compreensão, de causa e efeito sobre o adoecimento, o percurso para proposições de soluções será ainda mais lento e moroso.

Durante o período estudado, foram registrados afastamentos de 188 docentes do gênero feminino, sendo a faixa etária de 31 a 50 anos a mais recorrente. Os transtornos

mentais e comportamentais (CID F) se destacaram (6,6%), figurando entre os dois CID mais frequentes no percentual de prevalência no sexênio 2014 a 2019.

As principais causas dos adoecimentos foram atreladas aos CID M e CID F. A alta predominância de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (CID F) e doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CID M) estejam relacionados à grande demanda e cobrança de produtividade acadêmica no ambiente do trabalho, precarização na estrutura física, associado à ausência de programas de prevenção e promoção à saúde do servidor na área acadêmica.

Algumas doenças do trabalho tornam-se mais comuns entre os servidores docentes ativos, contudo, devemos entender que o rol de doenças ocupacionais vai muito além do que conhecemos comumente, sendo fundamental a análise individual para cada situação. Além do mais, a ausência de uma política de promoção e prevenção à saúde do trabalhador na Universidade Federal do Centro Oeste acarreta o agravamento do quadro epidemiológico do adoecimento.

Desse modo, diante dos dados analisados, o presente trabalho não esgotou as possibilidades de estudos futuros para avaliar a continuidade da aplicação donexo causal, e, portanto, este estudo reflete a necessidade de maior profundidade e acompanhamento.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, supl 1, p. e00087318, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311X00087318>.

ARAÚJO, Tania Maria; SENA, Ivone Paranhos; VIANA, Márcia Azevedo; ARAÚJO, Edna Maria. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 29, n. 1, p. 6–21, 2005. DOI [10.22278/2318-2660.2005.v29.n1.a108](https://doi.org/10.22278/2318-2660.2005.v29.n1.a108).

BOLSONI, Livia Maria; ZUARDI, Antônio Waldo. Estudos psicométricos de instrumentos breves de rastreio para múltiplos transtornos mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 64, n. 01, p. 63-69, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000058>.

BOUZADA, Valéria Christina Parreiras Costa; KILIMNIK, Zélia Miranda; OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira. Professor iniciante: desafios e competências da carreira docente de nível superior e inserção no mercado de trabalho. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**, v. 02, n. 01, p. 1-18, 2012. DOI <https://doi.org/10.20503/recape.v2i1.9336>.

BRASIL. Ministério da Saúde; Organização Panamericana de Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Editora MS, 2001. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho\\_manual\\_procedimentos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf). Acesso em: 24/11/2022.

CABRAL, Lenz Alberto Alves; SOLER, Zaida Aurora Sperli Geraldês; WY SOCKI, Anneliese Domingues. Pluralidade donexo causal em acidente de trabalho/doença ocupacional: estudo de base legal no Brasil. **Rev. bras. saúde ocup.**, v. 43, e1, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/2317-6369000021516>.

CARLOTTO, Mary Sandra; DIAS, Sofia Raquel da Silva; BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; DIEHL, Liciane. O papel mediador da autoeficácia na relação entre a sobrecarga de trabalho e as dimensões de Burnout em professores. **Psico-USF**, v. 20, n. 01, p. 13–23, 2015. DOI [10.1590/1413-82712015200102](https://doi.org/10.1590/1413-82712015200102).

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

FONTELLERES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLERES, Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. para. med**, v. 23, n. 03, p. 1–8, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GIRARDI, Dante; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani; TOSTA, Humberto Tonani; GIRARDI, Júlia de Freitas; GIRARDI, André de Freitas. Considerações sobre a importância da aplicação da teoria dos sistemas nos processos de gestão de pessoas nas universidades: um estudo de caso na UFFS. 8 dez. 2010. **X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul** [...]. Mar del Plata: INPEAU, 8 dez. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96981>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GUEDES, Terezinha Aparecida; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; ACORSI, Clédina Regina Lonardan; JANEIRO, Vanderly. **Estatística Descritiva. Projeto de ensino aprender fazendo estatística**. [S. l.]: Universidade Estadual de Maringá, 2005. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes\\_et al\\_Estatistica\\_Descritiva.pdf](https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

JACQUES, Maria Graça Corrêa. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 112–119, 2007. DOI [http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400015](https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400015).

LEÃO, Luís Henrique da Costa; GOMEZ, Carlos Minayo. A questão da saúde mental na vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4649–4658, 2014. DOI [10.1590/1413-812320141912.12732014](https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.12732014).

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 291–305, 21 dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1008>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Transtornos mentais e trabalho: o problema do nexo causal. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, v. 2, n. 1, p. 73-80, 2005.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Psicologia do trabalho**: psicossomática, valores e práticas organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.

MALVEZZI, Sigmar. **Psicologia Organizacional e do Trabalho**: uma identidade em construção. 2006. 205 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2006.

MUROFUSE, Neide Tiemi; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Doenças do sistema osteomuscular em trabalhadores de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 03, p. 364–373, 2005. DOI 10.1590/S0104-11692005000300011.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 14–20, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 03, p. 609–619, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 - Décima revisão**. 3 ed. São Paulo: EDUSP; 1996.

PAICHELER-HARROUS, Geneviève. **A invenção da psicologia moderna**. São Paulo: Benjamin Editorial, 2018.

PAULA, Alessandro Vinicius; BARROS, Amailson Sandro. Apontamentos psicossociais da precarização do trabalho docente no ensino superior federal: algumas reflexões. *In*: MANSILLA, Débora Pedrotti; HARDOIM, Edna Lopes; MELLO, Irene Cristina (orgs.). **Ciências Sociais Aplicadas**. Série Docência no Ensino Superior. Cuiabá: EDUFMT digital, 2020. v. 3, p. 262–274. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/product-page/ci%C3%A2ncias-sociais-aplicadas>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PAULA, Alessandro Vinicius; BOAS, Ana Alice Vilas. Well-being and Quality of Working Life of University Professors in Brazil. *In*: BOAS, Ana Alice Vilas (org.). **Quality of Life and Quality of Working Life**. Rijeka: IntechOpen, 2017. p. 187–210. DOI <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.70237>.

- PAULA, Alessandro Vinicius. **Qualidade de vida no trabalho de professores de instituições federais de ensino superior: um estudo em duas universidades brasileiras**. 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10473>. Acesso em: 11 out. 2021.
- PEREIRA, Luciano Zille; BRAGA, Clarisse Daguer; MARQUES, Antônio Luiz. Estresse no trabalho: um desafio para os gestores das organizações brasileiras. **Revista de Gestão**, v. 21, n. 3, p. 401-413, 2014. DOI <https://doi.org/10.5700/rege537>.
- RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 357–378, 2017. DOI [10.22348/riesup.v3i2.7787](https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7787).
- ROCHA, José Rodrigues; FONSECA, Alexandre Barbosa; SOUZA, Ana Rita Bandeira; TAVARES, Claudete; BARBOSA, Marinaldo. O sistema digestório e as emoções. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - ALAGOAS**, v. 1, n. 2, p. 97–110, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/633>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- SANTOS, Marcio Neres; MARQUES, Alexandre Carricone. Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 03, p. 837–846, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300029>.
- SATO, Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SOUZA, Paulo César Zambroni; ATHAYDE, Milton. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guilliant para o desenvolvimento da psicologia do trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 6–19, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1808-42812006000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812006000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 25 nov. 2022.
- TORRES, Amélia Romana Almeida; CHAGAS, Maristela Inês Osawa; MOREIRA, Andrea Carvalho Araújo; BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha; RODRIGUES, Eryka Maria. O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, p. 42–48, 2011. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/142>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- TRINDADE, Letícia de Lima; LAUTERT, Liana; BECK, Carmem Lúcia Colomé; AMESTOY, Simone Coelho; PIRES, Denise Elvira Pires. Estresse e síndrome de burnout entre trabalhadores da equipe de Saúde da Família. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 5, p. 684–689, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000500016>.

WÜNSCH FILHO, Victor. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 2, n. 2, p. 103–117, 2004. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/200/pt-BR>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. - 2ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 2014.